

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.718.664 - PB (2018/0007581-5)**

RECORRENTE : UNIÃO  
RECORRIDO : DIEGO HENRIQUE SOARES QUEIROZ FREIRE  
ADVOGADOS : ROGÉRIO MAGNUS VARELA GONÇALVES - PB009359  
GUILHERME FURTADO MONTENEGRO - PB017365

**DECISÃO**

Diego Henrique Soares Queiroz Freire impetrou mandado de segurança contra a União e o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba objetivando o desbloqueio e liberação das parcelas do Seguro Desemprego solicitado por meio do requerimento n. 7731393242, que lhe fora negado administrativamente.

A ordem foi parcialmente concedida, para afastar como óbice a natureza de órgão público ostentada pelo ex-empregador, e assim possam ser examinados os demais requisitos legais para o fim pretendido (fls. 91-94).

Em grau recursal, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região manteve a decisão, nos termos assim ementados (fl. 121):

ADMINISTRATIVO. INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO DE SEGURO-DESEMPREGO. EMPREGADOR ÓRGÃO PÚBLICO. REVISÃO DO PEDIDO. POSSIBILIDADE. CONTRATAÇÃO REGIDA PELA CLT. REMESSA IMPROVIDA.

1. Remessa necessária em face de sentença que concedeu a segurança para afastar a recusa ao pagamento do seguro-desemprego fundada na natureza de órgão público ostentada pelo ex-empregador;
2. Relação de emprego firmada com autarquia não desnatura o vínculo trabalhista estabelecido sob regência das normas celetistas, consoante dispõe o art. 58, § 3º da Lei 9.649/98.
3. Afastamento do óbice à percepção do seguro-desemprego sob fundamento de a relação de emprego haver sido firmada com autarquia.
4. Incumbe à autoridade coatora verificar as demais exigências, conforme art. 3º da Lei nº 7998/90, vez que refogem ao objeto do presente mandamus.
5. Remessa Necessária improvida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 156-159).

A União interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois a despeito da oposição dos declaratórios, o Tribunal *a quo* foi omissos quanto a dispositivos legais essenciais ao deslinde da controvérsia.

Pugna pelo reconhecimento de sua ilegitimidade para integrar o

pólo passivo da demanda ou, de outra forma, pela improcedência da demanda, não sendo devido qualquer valor a título de seguro desemprego ao impetrante, nos termos dos arts. 2º e 3º, da Lei n. 7.998/90 e 37, §2º, da Constituição Federal, na medida em que os Conselhos de Fiscalização Profissional possuem natureza jurídica de autarquia, conforme já estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 199).

É o relatório. Decido.

Inicialmente cumpre salientar não caber ao STJ a análise de suposta violação de dispositivo constitucional, ainda que para o fim de prequestionamento, porquanto o julgamento de matéria de índole constitucional é de competência exclusiva do STF, consoante disposto no art. 102, III, da Constituição Federal. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.604.506/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe de 8/3/2017; EDcl no AgInt no REsp n. 1.611.355/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 14/2/2017, DJe de 24/2/2017.

Sobre a alegada violação do art. art. 1.022 do CPC/2015, por suposta omissão pelo Tribunal de origem, verifica-se não assistir razão à recorrente.

Na hipótese dos autos, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência do apontado vício, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pela recorrente e devidamente afastado pelo julgador, que enfrentou todas as questões pertinentes sobre os pedidos formulados, em decisão devidamente fundamentada.

O fato de não ter sido proferida decisão em conformidade com a pretensão da parte, não dá ensejo à oposição dos embargos de declaração, e muito menos alegação de violação do art. 1.022 do CPC/2015 em razão de sua rejeição, conforme farta jurisprudência da Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORAS PÚBLICAS. IPSEMG. APOSTILAMENTO. JORNADA DE TRABALHO CORRESPONDENTE AO CARGO COMISSIONADO EM APOSTILA. ART. 54 LEI ESTADUAL 11.406/94. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, I, DO CPC/2015. CONTRADIÇÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA. INCONFORMISMO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial

interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Trata-se, na origem, de ação ordinária, proposta por servidoras públicas estaduais, em face do IPSEMG, contra o indeferimento dos pedidos de extensão da jornada de trabalho, por não preenchimento do requisito previsto no art. 5º, § 2º, I, da Lei estadual 20.586/2012, devendo o Instituto ser condenado ao pagamento de horas excedentes à jornada de trabalho ordinariamente prevista pela lei criadora dos seus cargos efetivos. O Tribunal de origem, reformando a sentença, julgou improcedentes os pedidos formulados na ação, entendendo que "a legislação estadual prevê, de forma expressa, que, em caso de apostilamento, o servidor apostilado mantém-se vinculado à jornada do cargo comissionado em que se apostilou, nos exatos termos do art. 54, da Lei n. 11.406/94", afastando, assim, o pagamento das pretendidas horas excedentes, e que não restou demonstrado o desacerto do ato de indeferimento do pedido de extensão, eis que não preenchidos os requisitos legais. Opostos Embargos de Declaração, tão somente à alegação de contradição no julgado, foram eles rejeitados.

[...]

V. À luz do decidido pelo acórdão recorrido, não houve violação ao art. 1.022, I, do CPC/2015, pois os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo coerente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

VI. Na forma da jurisprudência do STJ, "o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua alteração, que só muito excepcionalmente é admitida. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015" (STJ, EDcl no AgInt no REsp 1.782.605/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/10/2019).

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1561146/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 20/02/2020)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. As conclusões do acórdão recorrido no tocante à condenação aos danos emergentes e lucros cessantes, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos, provas, e interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1560315/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 04/02/2020)

A sustentada ilegitimidade da União não foi alvo de deliberação pelo acórdão recorrido, nem mesmo a despeito da oposição dos declaratórios, os quais nada invocaram a respeito, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Em relação ao último tópico do inconformismo, é preciso considerar como foi decidida a controvérsia acerca da situação do impetrante diante do trabalho exercido no respectivo Conselho, *verbis*:

Não há maiores detalhes acerca da fundamentação do indeferimento do pedido de seguro desemprego na esfera administrativa, haja vista que, para comprovar a negativa por parte da autoridade impetrada, o impetrante anexou o Resultado de Requerimento- trabalhador Formal obtido via *internet* (Num. 4058200.869177).

Entretanto, do mencionado documento, extrai-se que o motivo para o indeferimento seria of ato do empregador do impetrante - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 21ª REGIÃO ser autarquia especial /Órgão Público (CNPJ/CEI bloqueado Código 69 - Órgão Público 21ª REGIÃO - Art. 37).

[...]

Apesar de ter laborado em favor de Órgão Público/autarquia (CRECI -21ª REGIÃO), o impetrante deve ser enquadrado no conceito legal de trabalhador empregado, visto que o vínculo desta com o conselho de classe era regido pela CLT.

A lei determina que o vínculo empregatício dos trabalhadores dos Conselhos Profissionais deve ser celetista (art. 58, §3º, da Lei nº 9.649/98):

§ 3º Os empregados dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas são regidos pela legislação trabalhista, sendo vedada qualquer forma de transposição, transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta.

Assim, resta demonstrado o requisito quanto à subsunção do impetrante no conceito de trabalhador (art. 3º da Lei nº 7998/90).

[...]

O fato de o requerente haver laborado numa autarquia não desnatura o seu vínculo trabalhista estabelecido com o conselho de classe, sob regência das normas celetistas, consoante dispõe o art. 58, § 3º da Lei 9.649/98.

O reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso especial, revela que a fundamentação apresentada no julgado, relativamente ao vínculo empregatício que rege os empregados dos Conselhos, utilizada de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatida no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

A recorrente limita-se a insistir na tese de que os Conselhos possuem natureza jurídica de autarquia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, §4º, I, do RI/STJ, não conheço do presente recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator